



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ACTA Nº 5 de 2014

-----Aos dezanove dia do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Redondo, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Alfredo Falamino Barroso, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e sendo esta composta ainda pelo Senhor Nelson Manuel Cardoso Batista, na qualidade de primeiro Secretário, e pelo Senhor Domingos Alberto Saraiva Boavida, na qualidade de Segundo Secretário. -----

-----Eram vinte horas e trinta minutos quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Redondo, Alfredo Falamino Barroso, deu início aos trabalhos desta sessão. -----

-----Depois de feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: Alfredo Falamino Barroso (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Nelson Manuel Cardoso Batista (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Rute Marina Carvalho Neves (Partido Socialista); Domingos Alberto Saraiva Boavida (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Maria Gabriela Sapateiro Oliveira Jacinto Oliveira (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); João Pedro Faleiro Siquenique em substituição do membro Vergílio Fernando Frade Ambrósio e da primeira substituta Júlia Maria Piteira Espanhol (CDU-PCP/PEV); Daniel José Chambel Cachopas (PS); José Maria dos Remédios Fernandes (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Vânia Solange França Neto (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); João Gonçalo Morais Tristão (CDS-PP PPD/PSD); Joaquim António Mendes Correia (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Manuel José Barro Branco Marouvas (Partido Socialista); Maria Emília Correia Gato Serranito (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Caetano Venâncio Gato Carriço (CDU-PCP/PEV); António Joaquim Siquenique Carriço (Presidente da Junta de Freguesia de Redondo - Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito – Movimento Independente ao Concelho de Redondo).-----

44
47



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----Registou-se a falta injustificada do senhor António Manuel Figueira da Silva (Movimento Independente ao Concelho de Redondo). -----

-----Do executivo municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António José Rega Matos Recto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Mendes Portel, e os Senhores Vereadores Luís Fernando Gomes Faleiro, Armindo Manuel Beira Ramalhosa e David Manuel Palma Grave. -----

-----Declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**Ponto Um** – Informações-----

-----**Ponto Dois** – Apreciação da Informação escrita, emanada do executivo camarário, sobre a atividade do Município;-----

-----**Ponto Três** – Informação sobre a situação financeira do Município;-----

-----**Ponto Quatro** – Informação sobre compromissos plurianuais assumidos.-----

-----**Ponto Cinco** – Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos (art.º 6.º, n.º1, alínea c) da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro;-----

-----**Ponto Seis** – Proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015-2018 e Orçamento Municipal para 2015;-----

-----**Ponto Sete** – Proposta do mapa de pessoal do Município de Redondo para o ano de 2015.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apreciação e votação da acta da sessão anterior

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, colocou à apreciação dos presentes, a acta da sessão ocorrida em vinte e nove de Setembro de dois mil e catorze, não havendo pedidos de intervenção, pô-la à votação de todos os membros.-----

-----A ata da sessão ocorrida em vinte e nove de Setembro de Dois mil e catorze foi aprovada por maioria e em minuta, com os votos favoráveis dos membros Alfredo Falamino Barroso, Nelson Manuel Cardoso Batista, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela S. Oliveira Jacinto Oliveira, Daniel José Chambel Cachopas, Vânia Solange França Neto, João Gonçalo Morais Tristão, Joaquim António Mendes



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Correia, Manuel José Barro Branco Marouvas, Maria Emília Correia Gato Serranito, Caetano Venâncio Gato Carriço, António Joaquim Siquenique Carriço e votos de abstenção por não presença na reunião, dos membros Rute Marina Carvalho Neves, João Pedro Faleiro Siquenique e Henrique Duarte Caeiro Pereira, e um voto de abstenção por não presença no momento da votação, do membro, José Maria Remédios Fernandes.-----

Intervenções

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra, a seu pedido, ao membro Daniel José Chambel Cachopas:-----

-----O membro Daniel José Chambel Cachopas começou por desejar ao seu amigo de Infância, Henrique Duarte Caeiro Pereira toda a sorte à frente da Presidência da Junta de Freguesia de Montoito. Disse que era um dever da Assembleia e do executivo camarário ajudá-lo na sua nova tarefa, e que era também uma obrigação dos eleitos da freguesia de Montoito ajudá-lo. Num segundo ponto, lembrou que a Sociedade União Montoitense celebra o seu centenário, e que gostaria de solicitar ao executivo da Câmara toda a ajuda necessária, não em recursos financeiros, mas em recursos culturais. Disse que a vila de Redondo é rica em eventos culturais, solicitou que ainda no mês de Dezembro e durante o próximo ano se fizessem alguns eventos culturais em Montoito. Disse que a Sociedade União Montoitense é o “ex-libris” da freguesia e devia de haver também atividades diferentes das que têm existido.-----

-----Num terceiro ponto o membro Daniel José Chambel Cachopas, disse que as Bolsas Universitárias atribuídas tinham sido o esperado. Só tinha havido um concorrente da freguesia de Montoito, e que mesmo assim lhe tinha sido vedado o acesso por o aluno ter estudado no concelho de Reguengos de Monsaraz. Para finalizar diz que não se podem colocar no mesmo patamar os alunos que vivem em Montoito e os que vivem em Redondo.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro Caetano Venâncio Gato Carriço para intervir.-----

-----Cumprimentou os presentes e disse tinha duas ou três perguntas para fazer.-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----Em primeiro lugar disse que partilhava das palavras do membro que o antecedeu, e, desejou um bom trabalho ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Montoito. Disse que na situação dramática que a Junta de Freguesia de Montoito vive, que os danos fossem reparados. Disse que congratulou-se com o fato de ter sido retirado o sinal na Rua do Lagar.-----

-----Em relação às bolsas de estudo, disse que tinha feito parte da comissão de análise e que tinha concordado com o que lhe tinha sido apresentado, mas que deixava um reparo, para que se modifique no próximo ano o regulamento, para que se possa concorrer simultaneamente às duas bolsas, tanto da Câmara como da Junta de Freguesia. Lamentou só ter concorrido um aluno da freguesia de Montoito.-----

-----Numa última questão disse que na sessão anterior tinha falado do quadro de pessoal para o município, tinha invocado alguns nomes, como o do encarregado e que a câmara o tinha nomeado, e que tinha sido dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal que não se estava a falar em nomes, mas sim em lugares. Disse que tinha dito alguns nomes, e que o senhor presidente da Câmara não tinha nomeado ninguém, mas que trazia uma cópia para todos os deputados da ata da Câmara do dia onze de Junho de dois mil e catorze em que o senhor Presidente da câmara cita a nomeação do novo encarregado.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro João Pedro Faleiro Siquenique para intervir.-----

-----Cumprimentou os presentes, e colocou algumas questões e considerações. Informou que existiam na rua Manuel Joaquim da Silva em frente à tabacaria “Bastião” e na rua João Anastácio da Rosa dois buracos cobertos de “tuvenan”, provenientes de rebentamentos. Disse que com a chuva que tinha caído o terreno estava a abater e que não havia sinalização, o que dificultava a vida dos canalizadores. Perguntou quando é que a Câmara pensava em reparar estes buracos, ou se iriam esperar pela nova conduta de água aprovada em reunião de Câmara. Num outro ponto, disse que no passado dia trinta de Outubro do ano de dois mil e catorze na estrada de Santa Susana, tinha ocorrido uma colisão entre um autocarro da Câmara e uma viatura particular, do qual resultaram danos materiais. Disse que já tinha passado quase um mês e queria saber



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

qual era o ponto da situação, porque sabia que o motorista do Município não teria qualquer culpa na colisão.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro João Gonçalo Morais Tristão para intervir. -----

-----Cumprimentou os presentes, saudou também o novo presidente da Junta de Freguesia de Montoito. Seguidamente disse que este governo já tinha posto em funcionamento os novos quadros comunitários, o chamado “Portugal 2020”. Frisou que era de fato muito importante para a economia portuguesa, porque a partir de agora os quadros comunitários podiam começar a afluir à economia, e nomeadamente câmaras municipais e entidades supramunicipais. Em relação a algumas câmaras já teriam abertos alguns concursos. Disse que em relação ao PDR 2020, e apesar do programa ainda não ter sido aprovado em Bruxelas, que o governo português já tinha concursos abertos e que seria uma atitude de algum risco, mas que o governo Português não tinha sido por não estar aprovado em Bruxelas que não o tinha posto cá fora. Na continuação da palavra recordou as taxas de execução do quadro anterior. O quadro anterior, nomeadamente o QREN, na sessão anterior tinha falado numa taxa de execução de 82%, que até ao final do ano seria 87%, e que no final de 2015, seria 100%. Disse que era um fato nunca visto em Portugal, que era bom de enaltecer, que Portugal não era o governo, que Portugal iria executar todo o quadro comunitário, e que não iria em princípio, ser efetuada nenhuma devolução de dinheiros para Bruxelas. Recordou relativamente ao QREN, a taxa de execução foi de 1,9% em 2008, que no segundo ano de execução, em 2009, foi de 9%, em 2010 de 23%, e que a 31 de Dezembro iria atingir 87%.-----

-----Seguidamente, e para finalizar, disse que era justo realçar em relação às Bolsas Universitárias que só houve um corrente de Montoito, acrescentando que só tinha havido uma bolsa atribuída em Redondo. Disse que todos os membros da comissão tinham dito que no próximo ano se podia melhorar na publicidade e promoção das bolsas, porque as pessoas de Montoito não estavam tão informadas como deveriam estar, mas frisou que era a primeira vez que isto sucedia, que uma comissão de análise avaliou as candidaturas, e esperava que no próximo ano as coisas melhorassem.-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Montoito, Henrique Duarte Caeiro Pereira, para intervir.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Montoito agradeceu as palavras de incentivo dos membros da Assembleia Municipal de Redondo, agradeceu também à Câmara Municipal de Redondo todo o apoio que lhe têm sido prestado.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, interveio para dizer que estava em desacordo com o membro João Gonçalo Morais Tristão, e que quem o ouvia a falar assim sobre o quadro comunitário “Portugal 2020”, até pensaria que já estaria aprovado. Disse que na semana passada tinha estado em Bruxelas, e que a última versão do programa de operação Regional, estava a ser analisado pela Comissão Europeia, e que até ao final do ano seria aprovado. Disse que o que o membro João Gonçalo Morais Tristão teria referido era, que dois concursos de 15 de novembro a 31 de Dezembro que teriam a decorrer no âmbito do PDR 2020 – Investimentos na Exploração Agrícola e da Ação 33 – Investimentos, Comercialização e Transformação de Produtos Agrícolas, e que podia dizer que tinha sido publicado nesta data também um aviso para a Pré-qualificação das Entidades que iriam ter a possibilidade de gerir as estratégias para o desenvolvimento local, as DLBC. Teriam noventa dias para a pré-qualificação, e cento e cinquenta dias para apresentação. Sublinhou que o QREN atual que entrou em 2007, em termos de execução, que no ano de 2007 e 2014 estavam empatados, porque não tinha havido execução. Disse que poderia garantir, que ao contrário das metas de Junho, Setembro, Outubro, e das metas de Novembro e continuava-se a ter estes dois avisos, que estavam lançados com base na regulamentação existente, e não iria haver alterações significativas com base no acordo de parceria. Em 2015 se a execução fosse maior que 1,8%, iria ver-se como era. Disse que não era tão otimista quanto o membro João Gonçalo Morais Tristão, e que sabia que os não lançamentos dos avisos estavam a provocar problemas complicados em estruturas e entidades que aguardavam, e que se lembrava do caso de ADL’s, que só nesta data é que tinha sido lançado o aviso. Que uma grande parte das ADL’s estava a



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

suspender os contratos com o pessoal porque não tinham projetos e teriam que suspender contratos. Concluiu que não estaria tão otimista quanto à rapidez.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao membro João Gonçalo Morais Tristão para intervir. -----

-----O membro João Gonçalo Morais Tristão disse que o senhor Presidente da Assembleia teria dito a mesma coisa, mas por palavras diferentes, e que o problema é que Bruxelas ainda não tinha aprovado, mas que o Governo de Portugal tinha feito o seu trabalho. O problema não era Português, mas sim de Bruxelas, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal dava a ideia que o governo Português não esteve bem, porque o governo Português adiantadamente entregou as coisas.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, António José Rega Matos Recto para responder a algumas perguntas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, disse que havia um conjunto de questões e que outras eram considerações. Em relação às questões do membro Daniel Cachopas, o senhor presidente da Câmara disse que em relação à proposta da sociedade União Montoitense, a Câmara sempre se disponibilizou, mas em relação à comemoração do Centenário a autarquia não conhece o programa, nem foi solicitada qualquer reunião com o executivo municipal, e que até seria uma pena se tal contato não existisse. Disse que não poderia a Câmara tomar essa iniciativa, e que sempre houve e haverá uma abertura para uma proposta para a celebração do Centenário dessa Sociedade.-----

-----Em relação à questão das bolsas de estudo, o senhor Presidente admitia, que em relação a Montoito, embora tivesse havido um cuidado da parte da Câmara Municipal de ter feito uma boa divulgação das Bolsas, porque para além de se terem afixado nas vitrinas, e de terem sido afixados na sociedade e nalguns cafés, que muita gente poderia não ter lido, a mensagem passou ao lado, daí ter existido só um concorrente. Não teria sido feita atribuição porque teria a ver com uma das normas, como frequentar o ensino no concelho do Redondo, ou que frequentassem áreas que a Escola Drº Hernâni Cidade não lecionasse. Que neste caso, os pais do aluno até trabalham em Redondo, não haveria



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

qualquer problema com a deslocação, mas que esperava que para o próximo ano houvesse mais candidaturas. Este ano a Câmara só atribuiu uma bolsa, e que a Junta de Freguesia de Redondo atribuiu trinta e duas bolsas.-----

-----Na continuação do uso da palavra e respondendo ao membro Caetano Carriço, sobre a acumulação de bolsa, disse que teria que haver algum cuidado, senão haveria discriminação entre a Junta de Freguesia de Redondo e a Junta de Freguesia de Montoito, porque haveria a obrigação da Junta de Montoito também ter de atribuir bolsas, porque os alunos de Redondo teriam direito a duas bolsas e os de Montoito só a uma. Em relação ao sinal na Rua do Lagar, que também tinha sido sugerido pelos moradores, logo entendeu-se retirar o sinal.-----

-----Em relação à situação do encarregado e, respondendo ao membro Caetano Carriço, disse que tinha sido pena só ter sublinhado aquele parágrafo e não os restantes, porque aquilo que ele tinha dito em Assembleias anteriores, é que não havia despacho e que continua a não haver. O que tinha havido era a escolha de uma pessoa para desempenhar essas funções, sublinhando que não há despacho, nem nunca houve. Disse que reuniu com alguns trabalhadores mais antigos para ouvir a opinião deles, e da qual houve uma unanimidade de vários encarregados dos vários setores.-----

-----Em relação aos buracos, o senhor Presidente da Câmara, disse que não se ia esperar pela obra, até porque a substituição da conduta entre o café Pôr-do-Sol e o Banco BPI já estava adjudicada, e que já se tinham tapado alguns buracos. Diz que, ao calcetar todos os buracos, mesmo sabendo que na Praça da República, daqui por uns meses iria ser partido todo o arruamento, como também na Rua Manuel Joaquim da Silva, mas que não se podia esperar pela obra porque é um incómodo derivado à chuva e ao tempo. ----

-----Em relação à colisão da carrinha, o senhor presidente disse que tinha sido na estrada de Santa Susana, que ambos os condutores não se deram por culpados, tendo sido feita uma participação, mas como a seguradoras são diferentes o problema ainda não estava resolvido. -----

---Em relação aos fundos comunitários apresentados pelo membro João Gonçalo Morais Tristão, disse o senhor presidente que a Câmara Municipal de Redondo é credora de cerca de oitocentos mil euros, que a obra estava feita e paga e que não havia



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

meio de se receber o dinheiro de fundos. Uma das obras já estava concluída, que era a intervenção das Falcoeiras, outra a ampliação do pavilhão polivalente de Montoito e a requalificação urbana que se entregaram os projetos, que tinham sido aceites e estavam a aguardar. Disse que seria pena não haver celeridade, porque para a autarquia oitocentos mil euros é muito dinheiro, e que por outro lado se estas obras já estivessem aprovadas e garantido o financiamento, ou pelo menos estipulado a altura em que se começava a receber algum dinheiro, esta requalificação urbana iria ter a sua continuidade normal, porque se assim não for iria ter algumas paragens.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro Caetano Venâncio Gato Carriço para intervir.-----

-----O membro Caetano Carriço disse que não tinha dito que não estava de acordo com o encarregado, mas como tinham sido feitos os critérios, e que chamava a atenção para quando fosse feita a nova seleção de funcionários para o quadro de pessoal, fosse levada em atenção. Disse que o senhor presidente podia ter dito que não fez despacho, a verdade é que em sessão de Câmara nomeou o encarregado, podendo fazê-lo, mas que poderia ter dado a resposta que deu hoje, na sessão em que lhe foi perguntado. Disse que tinha ficado por mentiroso, que tinha dito que não tinha nomeado ninguém, mas nomeou.-----

ORDEM DE TRABALHOS

Informação

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, lembrou a Assembleia que todas as deliberações são aprovadas em minuta. Deu ainda conta de toda a correspondência entrada na Assembleia Municipal.-----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA, EMANADA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO, SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICIPIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passou para o ponto nº 2, perguntando se alguém se queria pronunciar, passando a palavra ao membro Manuel José Barro Branco Marouvas para intervir;-----

-----O membro Manuel Marouvas cumprimentou os presentes e disse que na informação que lhe foi distribuída nada consta na intervenção das árvores que está a ser levada a cabo pela Câmara. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se é para haver uma intervenção em todas as árvores da vila, da Freguesia, e se seria agora desta vez que haveria uma intervenção nas árvores da Praça Drº Bento Jesus Caraça, em Redondo, visto que mora em frente dessas mesmas árvores, e que também gostava de ter sol em casa, e que da última vez que houve precipitação muito forte, numa das casas da vizinha, e o vereador José Portel esteve presente na situação e verificou como ficou a casa. Disse que se as árvores tivessem sido cortadas, se calhar não se tinha verificado esta situação. Solicitou então ao senhor presidente que se lembrasse destas árvores.-----

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

-----Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passando ao ponto nº 3, deu conta da informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que de seguida se transcreve:-----

*“Estabelece o regime jurídico das autarquias locais que compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º e n.º4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciar a informação financeira do Município.-----
Assim, somos a enviar a referida informação.”-----*

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se haveria algum esclarecimento a fazer, não havendo passou ao ponto nº 4.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passou para o ponto nº 4, deu conta da informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que de seguida se transcreve:-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

“AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – INFORMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS

Considerando que:

- A alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.
- Que o art. 11º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais;
- Tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal na sua reunião realizada em 26 dezembro, despacho em conformidade, que obriga que em todas as sessões ordinárias da referida Assembleia deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica;

Termos em que somos a informar que:

- No período transcorrido entre a última Assembleia Municipal realizada em 29 de setembro e aquela que está agendada para o dia 19 de novembro, ocorreram os seguintes compromissos plurianuais:

Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo					
FORNECEDOR	DESIGNAÇÃO	DATA DO CONTRATO / ADJUDICAÇÃO	COMPROMISSO ANO 2014	COMPROMISSO ANO 2015	COMPROMISSO ANO 2016
SMART VISION – ASSESSORES E AUDITORES ESTRATÉGICOS, LDA.,	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REENGENHARIA SUSTENTADA NA METODOLOGIA BPMN PARA SUPORTE À FERRAMENTA DE GESTÃO DE PROCESSOS NO ÂMBITO DO PROJETO MODERNIZAÇÃO ALENTEJO CENTRAL@2015”,	01/10/2014	9.031,95 €	2.077,35 €	



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SOCIEDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO REDONDENSE, LDA.,	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE TINTA PARA OS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	30/10/2014	3.090,00€	3.090,00€	
SOCIEDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO REDONDENSE, LDA.,	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CARPINTARIA E PINTURA PARA AS RUAS FLORIDAS 2015	05/11/2014	17.023,51€	9.094,79€	
JOAQUIM ANTÓNIO ALBINO CABEÇA	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
ARMANDO MIGUEL FORTES MELICIAS	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
JOAO MIGUEL SALVADOR MOURA	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
RUI MIGUEL DA SILVA GOMES	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
VITOR MANUEL ESTROMPA RIBEIRO	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
ADELINO JOSÉ CANDEIAS	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
JOAO MANUEL CARVALHO PERDIGÃO	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE PINTURA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
VANIA SOFIA RAMIRES RIBEIRO	RENOVAÇÃO – SERVIÇO TEMPOS LIVRES – COMPONENTE APOIO A FAMILIA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
VERA ISABEL CANELAS CARVALHAL	RENOVAÇÃO – SERVIÇO TEMPOS LIVRES – COMPONENTE APOIO A FAMILIA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
JOANA TERESA MACEDO ROQUE	RENOVAÇÃO – SERVIÇO TEMPOS LIVRES – COMPONENTE APOIO A FAMILIA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
RITA ISABEL RIBEIRO FANICA	RENOVAÇÃO – SERVIÇO TEMPOS LIVRES – COMPONENTE APOIO A FAMILIA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
JOSEFA ROSA GRAZINA SIQUENIQUE RAINHO	RENOVAÇÃO – SERVIÇO TEMPOS LIVRES – COMPONENTE APOIO A FAMILIA	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

LUIS FERNANDO SOUSA SARAMAGO	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS GABINETE DE INFORMAÇÃO	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
MAFALDA ISABEL CACHOPO VEIGAS	CONTRATO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL	08/10/2014	3.600,00€	10.800,00€	
ROSALINA JACINTA RIBEIRO PITA FERREIRA	RENOVAÇÃO – REVESTIMENTO E REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS NO CONCELHO DE REDONDO	26/09/2014	1.950,00€	5.850,00€	
ANA MARIA PEREIRA VARELA	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE PARQUES DESPORTIVOS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
CRISTINA DE JESUS SIQUENIQUE RAMIRES	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE PARQUES DESPORTIVOS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
ANA CRISTINA RECTO FORTES	RENOVAÇÃO – SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE PARQUES DESPORTIVOS	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
ANA PAULA DOMINGUES GONÇALVES	RENOVAÇÃO – SERVIÇO ESPAÇO INTERNET	08/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
MARIA ROSA MENDES BAGULHO	CONTRATO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AVENÇA PARA SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA – MAQUINA VARREDORA	13/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	
MARIA JOÃO CARRIÇO MIRA FALE	CONTRATO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AVENÇA PARA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NO JARDIM DE INFÂNCIA DE REDONDO	13/10/2014	1.950,00€	5.850,00€	

Temos a propor;

Conhecimento dos compromissos plurianuais já arrojados e com efeitos produzidos no período transcorrido entre a sessão da Assembleia Municipal de 29 de setembro, último e a agendada para dia 19 de novembro;

Submeter a presente deliberação para conhecimento da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS (artº 6º, n.º1, alínea c) DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passou para o ponto nº 5, e deu a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, António José Rega Matos Recto, deu conta da informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que de seguida se transcreve:-----

“ Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos (art.º 6.º, n.º1, alínea c) da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) ”

Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art.º 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro).

***Propõe-se**, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, com base no Decreto – Lei n.º 127/12, de 21 de junho:*

- 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:*
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;*
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*
- 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.*
- 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.*
- 4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.*



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

5. *Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.*
6. *A presente deliberação deverá ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro e do art.º12 do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.*

Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta.”

-----Não havendo mais intervenções passou-se à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta com os votos favoráveis dos membros Alfredo Falamino Barroso, Nelson Manuel Cardoso Batista, Rute Marina Carvalho Neves, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela S. Oliveira Jacinto Oliveira, João Pedro Faleiro Siquenique, Daniel José Chambel Cachopas, José Maria Remédios Fernandes, Vânia Solange França Neto, João Gonçalo Morais Tristão, Joaquim António Mendes Correia, Manuel José Barro Branco Marouvas, Maria Emília Correia Gato Serranito, Caetano Venâncio Gato Carriço, António Joaquim Siquenique Carriço e Henrique Duarte Caeiro Pereira.-----

PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2015-2018 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passou para o ponto nº 6, pedindo ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo que procedesse à explicação do mesmo. -----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, António José Rega Matos Recto, disse que queria deixar duas ou três notas. Em relação ao orçamento iria reduzir mais um ano, não seria tão significativo como no ano passado, mas que iria reduzir em cerca trezentos e trinta e oito mil euros, para um total de oito milhões seiscentos e trinta e dois mil euros e que o deste ano era de oito milhões novecentos e setenta mil euros. Disse que a previsão inicial era que baixasse ainda mais, em cerca de quinhentos mil euros, mas tinha havido um aumento do FEF de 5%. Em relação ao ano anterior a Câmara Municipal de Redondo iria receber mais duzentos e trinta mil euros.



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Disse que o aumento de 5%, não correspondia ao que a lei diz, e que o FEF é calculado com base no IRS, IRC e IVA, e as receitas que se preveem do orçamento de estado para o próximo ano serão de 17,2%. Dando cumprimento à estimativa de aumento de receita, disse que as câmaras municipais deviam ter sido aumentadas dentro da percentagem dos 17,2, e não dos 5 que se prevê no orçamento de estado. O mal do incumprimento das finanças locais, não era só deste governo, mas dos últimos governos do país. Na continuação da palavra disse que o orçamento continuava a ter uma carga social, que era transversal a várias rúbricas, e que a nível do PPI e do PAM seria uma continuidade. Com os atrasos da entrada em vigor do novo quadro comunitário “Portugal 2020”, um conjunto de obras que se estimaram o ano passado que iriam começar este ano, e não houve essa possibilidade, continuam no orçamento com ajustamento de algumas verbas. Irá dar continuidade a um conjunto de obras que já estavam previstas, que serão desde o CAME, centro de inovação, outra fase da requalificação urbana, porque se correr bem e se o membro João Gonçalo Morais Tristão estiver certo, haverá a possibilidade de se lançar concurso durante o próximo ano.-----

-----Em relação à ARU, disse que tem 17,2 Kilómetros quadrados e irá necessitar de um investimento superior a 7 milhões de euros. Não iria ser no próximo ano como era lógico, iria ser distribuído por os próximos quatro ou cinco anos, mas que não seja quebrado o investimento. A esta intervenção estava agarrado todo um conjunto de intervenções, a nível de privados, reduções em termos de taxas que irão permitir que a sede de concelho seja um espaço muito mais agradável, com uma maior possibilidade de instalar jovens dentro da zona Histórica, dar uma nova vida ao que foi abandonado há anos atrás. -----

-----Frisou que as linhas mestras das grandes opções do plano e que as questões sociais iriam manter-se, e que a título de informação, este ano em ação social até finais de Outubro a Câmara gastou trezentos e dois mil quatrocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos. Irá aumentar até ao final do ano para trezentos e cinquenta mil euros.-----

-----Finalmente solicitou, ao chefe da Divisão Administrativa e Financeira José



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Bernardo Laranjinho Nunes, que fizesse uma apresentação das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015-2018. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que fez apresentação do ponto nº 6 de toda a documentação.-----

-----O chefe de Divisão Administrativa e Financeira, José Bernardo Laranjinho Nunes, fez a explicação e apresentação da documentação em Power-Point.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, perguntou se alguém queria intervir neste ponto, dando a palavra ao membro João Gonçalo Morais Tristão.-----

-----Neste ponto o membro João Gonçalo Morais Tristão, disse que tinha umas notas prévias, um comentário, e uma pergunta ao senhor Presidente. Começou por dizer que pela leitura do PSD da lei 75/2013, parecia que a apresentação deste documento devia ter sido feita até ao dia trinta e um de Outubro, e não na data em que se estava. Disse que o que a lei diz é que a apresentação devia ser à Assembleia Municipal, que queria deixar esse reparo e era o primeiro ano que sucedia, mas que deviam ter sido apresentados à Assembleia até dia trinta e um de Outubro. Na continuação da palavra disse que tinha gostado de ouvir o senhor Presidente na introdução que tinha feito a este ponto de ordem de trabalhos, emendando uma declaração anterior, e dizendo que as transferências para as autarquias tinha aumentado. Disse que aos longos dos anos os governos PSD, os governos PS, têm vindo a diminuir a receitas das autarquias locais, mas que registava que as transferências para as autarquias tinham aumentado. O senhor Presidente da Câmara disse que tinha sido de 5% e tinha explicado o porquê. Disse também que todos nós estávamos a pagar impostos cada vez mais, mas que iam parar a alguém, iam para a administração central e para as autarquias, para que estas administrações possam exercer as suas funções, e pagar aquilo que devem, não seria o caso do Redondo que felizmente não tem dividas anteriores, e que os impostos serviam para as funções dos estado. Em 2011 a administração central não tinha dinheiro, mas na opinião do PSD estávamos a chegar a algum resultado. E o resultado de hoje, diz, foi ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, dizer que houve um



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

aumento das transferências. Disse que queria fazer uma proposta ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo e à Câmara Municipal, não seria uma ideia original do PSD, mas que no Redondo até por uma questão de transparência, devia adotar-se um orçamento participativo e que em termos de lei era permitido, de forma que os cidadãos sugiram propostas devidamente fundamentadas, para quando votarmos o orçamento de 2016 já possamos ter essa ideia do orçamento participativo.-----

-----Disse que quando se olhava para este orçamento, e não via mal nenhum os orçamentos repetirem-se, os orçamentos são grandes e ter-se-iam que se copiar algumas coisas que se disseram, e que não era isso que estava em causa. O que estaria em causa é que há ideias que se repetem nos orçamentos e que não eram executadas. Repetiam-se as questões do turismo à exceção de uma. Muitas das ideias que estão no orçamento serão votadas a favor, mas é preciso serem executadas. -----

-----Na verba dos emolumentos ao Tribunal de Contas que não será aumentada, estava a pressupor que não haveria muita contratação pública em 2015. No orçamento de despesa, perguntava o que eram os trabalhos especializados. Deixou uma nota negativa, mas disse ao chefe de Divisão Administrativa e financeira, José Bernardo Laranjinho Nunes que os quadros apresentados era sempre muito elucidativos, mas que lamentava a diminuição dos orçamentos de despesa nas atividades económicas. Disse que as funções sociais era importantíssimas, mas seria desolador olhar-se para o orçamento e ver-se uma diminuição tão grande nas atividades económicas. Não percebe porque o turismo diminuiu 4,7%, e que a proposta do PSD era que se aumentasse, mas que havia uma nota positiva em relação ao turismo, era que pela primeira vez num orçamento aparece um plano estratégico. Perguntou seguidamente se o plano estratégico era exatamente a mesma coisa, porque para o PSD a questão do turismo era muito importante, onde há uma grande notoriedade e uma grande potencialidade e que era uma das áreas que podia ajudar o concelho, e a questão das famílias.-----

-----Disse que o concelho vizinho, Reguengos de Monsaraz, iria candidatar-se a capital europeia do vinho. O Redondo tem 9 adegas, e que o concelho vizinho tinha menos adegas que o nosso, mas que tem mais área. Perguntou porque é que Reguengos de Monsaraz se candidata com o apoio da Universidade de Évora e o Redondo está



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

completamente fora disto. Disse que a dinâmica do turismo é este tipo de iniciativas, e não se podia cingir às Ruas Floridas, tem que se ser pró-ativo, porque custa-lhe ver que Reguengos de Monsaraz com menos adegas ter concorrido a capital europeia do vinho.-

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra, a seu pedido, ao membro Daniel José Chambel Cachopas. -----

-----O membro Daniel Cachopas diz querer fazer alguns comentários sobre dois ou três pontos. Disse que era referido um saldo corrente de mais de quatrocentos e sessenta mil euros, e que já tinha sido falado que as verbas transferidas do estado eram na ordem dos duzentos e oitenta mil euros a mais do que no exercício anterior. Perguntou qual a necessidade de haver um aumento dos impostos a nível local, nomeadamente no IMI, que não se sabia quanto era, porque estavam incluídos nos impostos diretos e com um aumento de cinquenta e sete mil euros. Disse que era um valor irrelevante no contexto dos valores que tinha referenciado anteriormente, e do IRS em trinta e dois mil euros. Disse que sabíamos que estes impostos não era significativos no orçamento, mas que eram significativos nos bolsos dos cidadãos do município. -----

-----Seguidamente perguntou o que era o Centro de Juventude de Redondo, que projeto era esse, em que consistia, se se justificava cinquenta mil euros por ano, o que durante os próximos anos equivalia ao valor transferido para todas as associações locais do concelho. Disse que tinha reparado que ao nível das festas de Redondo havia orçamentado cento e vinte mil euros, no carnaval dezanove mil euros, feira temática quinze mil euros. Lembrou que em Montoito já há alguns anos se tentou desenvolver uma feira temática, mas que não houve incentivo. Nomeadamente por parte da Junta de Freguesia de Montoito, disse que tem havido alguma iniciativa da parte da Sociedade União Montoitense, mas que o espaço é muito limitado, faltando algum apoio que suporte uma iniciativa destas. Solicitou então à Câmara que em 2015, pudesse em conjunto com a Junta de Freguesia de Montoito realizar uma feira temática.-----

-----Em relação às funções sociais que haveria uma diminuição na área da segurança e ação social, um decréscimo de 7,5%, o que contradizia o que o senhor presidente tinha dito, que haveria um aumento.-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra, a seu pedido, ao membro Manuel José Barro Branco Marouvas:-----

-----No uso da palavra, o membro na posse da palavra, disse que o PS e as outras forças políticas tem contestado a percentagem do IMI, é exagerada. Seguidamente fez uma chamada de atenção, dizendo que a autarquia obtém como receita o dobro do montante gasto com a aquisição de água e com os tratamentos de saneamento e lixo, que andam à volta de uma receita de seiscentos e trinta e cinco mil euros, e que a despesa era de pouco mais de trezentos mil euros. Sublinhou que a autarquia devia de ver a fórmula que usa, porque acha que não estava correta, porque defendia que a autarquia não podia fazer lucro com um bem essencial. -----

-----Em relação ao orçamento disse que era o possível e igualitário ao dos anos anteriores. Que o orçamento era mais virado para a aplicação da receita, e que captação de investimento não continha nada, que continuava tudo na mesma e não havia nada que demonstrasse a captação de investimento.-----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra, a seu pedido, ao membro Rute Marina Carvalho Neves.-----

----No uso da palavra, cumprimentou os presentes, disse que a DGAL tinha vindo pronunciar-se sobre o art.º 27 da Lei n.º 75 de 2013, que a reunião teria que ser em Novembro ou em Dezembro. Uma outra coisa em que a DGAL falou, era acerca da entrega dos documentos, que também se tinham pronunciado sobre esta matéria. -----

----Disse que as opções do município não lhe mereciam qualquer tipo de censura, que o acento tónico esteja colocado na parte social, não lhe merecia qualquer tipo de censura, e sabia que a legislação obrigava cada vez mais a um orçamento realista. Com base na receita própria de cada município se poderá fazer as coisas e que cada vez mais os municípios espelhavam as realidades de cada um. Disse que havia um ponto em que concordava com o membro João Gonçalo Morais Tristão, mas que confiava no chefe de divisão Administrativa e financeira José Bernardo Laranjinho Nunes, que teria a ver com a execução. Havia coisas que se precisavam saber, se estavam em curso, se se iriam iniciar, porque ficava sem saber, para quando, e como é o “*modus operandis*” e qual a execução.-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, disse que em relação à entrega do orçamento, a Câmara tem que aprovar e entregar à Assembleia até ao dia trinta e um de Outubro, e que a Câmara fê-lo. A Câmara aprovou e entregou até trinta e um de Outubro ao Presidente da Assembleia. Disse que a própria lei, era impossível como limite para a Câmara aprovar trinta e um de Outubro e a mesma data como limite para a Assembleia aprovar. Disse que seria durante o mês de Novembro, como diz a lei 75/2013, frisando que a Câmara Municipal cumpriu o prazo.-

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo António José Rega Matos Recto para responder a algumas questões que lhe foram colocadas.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse que queria também reforçar aquilo que tinha dito o Senhor Presidente da Assembleia, de que a Câmara cumpriu todos os prazos.-----

-----Disse que em relação aos orçamentos participativos também estava de acordo, e que esteve para o fazer este ano, mas existiram algumas dificuldades e não tinha avançado, mas que sem estar a prometer, pensava para o próximo ter um orçamento participativo.-

-----Há um conjunto de obras que se repetem e não seriam executadas, como referem os membros João Gonçalo Morais Tristão e Rute Marina Carvalho das Neves, disse que o orçamento plurianual, é por quatro anos, e que haveria algumas dificuldades. Porque, diz, só será possível avançar com alguns projetos se houver a comparticipação de fundos comunitários, porque de outra forma não haveria capacidade para executá-los. Deu como exemplo a Criação do Centro de Inovação e a transformação da cadeia onde estão os estaleiros municipais. Informou que já tinha agendado uma reunião com a Reitora da Universidade de Évora. Disse que estes investimentos só eram possíveis com fundos comunitários.-----

-----Na continuação da palavra e respondendo ao membro Daniel Cachopas, disse que se transformava o edifício das escolas primárias num Centro de Juventude ou poderia ser até numa pousada de Juventude. Que já tinham havidos alguns contatos da sua parte com a Mobijovem, e com o Instituto Português da Juventude, delegação de Évora. Disse que se não tivesse havido eleições em dois mil e onze, hoje estaria construído e que com



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

o anterior governo já tinha sido acordado e que o projeto está feito e discutido com o Diretor da Mobijovem. O valor da obra ronda 1 milhão e seiscentos mil euros. Disse que entretanto deu-se uma transformação, tinha ido a Lisboa, que falou com alguns técnicos e disse que já cá tinha vindo, deste governo, o presidente da Mobijovem. Disse que só será possível executar este projeto, se o mesmo estiver inserido numa rede. Não houve ainda o fecho da porta, que o projeto é muito engraçado e a ideia é maravilhosa. Daí haver um conjunto de obras que se têm arrastado de uns anos para outros. Numa intervenção anterior tinha dito, ou se começavam a receber dinheiros dos fundos comunitários, ou as obras da requalificação urbana teriam que parar, porque quaisquer obras daquelas custam centenas de milhares de euros, e que a título de exemplo a que está a ser feita custa seiscentos mil euros. Ou haveria um retorno, ou seria impensável a Câmara Municipal de Redondo pelos seus meios concretizar ou dar continuação a estas obras. Disse que havia já um projeto aprovado, que era a recuperação do antigo mercado para apoio às Microempresas. Disse que o valor é de trezentos e quarenta mil euros, que se sabe que é financiado, que terá como base o empreendedorismo, mas não se sabe quando será o financiamento. Disse também que há outras obras que estão feitas e que há a receber cerca de oitocentos mil euros, e que muitas da vezes tem-se arrastado no plano de atividades, porque as ideias mantinham-se. -----

-----Em relação ao Tribunal de Contas, a Câmara tem que pagar os vistos e a verificação da conta de gerência, não haveria aumento porque o tribunal de contas levaria o mesmo, e que as obras só iriam a visto do Tribunal de Contas acima dos trezentos e trinta e seis mil euros. -----

-----Em relação à questão do Turismo, disse que uma coisa era o plano e outra seria a sua divulgação, que continuava a defender, e independentemente cada concelho ter um plano estratégico, terá que ser articulado com a ERTA do Alentejo. Teve a oportunidade de dizer ao Presidente Francisco Ceia da Silva, que esta ERTA tinha um desafio muito interessante, que era conhecer os vários Alentejos dentro do mesmo Alentejo. Que o Alentejo do litoral, não era o Alentejo do interior, nem do interior raiano, como culturalmente Almodôvar, não teria nada a ver com Redondo, nem o Redondo teria a ver com Nisa. -----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

-----Na continuação da palavra, disse que a propósito de cultura, havia uns dados da Markttest, em que o concelho de Redondo tinha sido classificado em quinto lugar, como o concelho que mais investe em cultura “per capita”. Se alguém começou a defender os interesses do turismo foram primeiros os eleitos da CDU, e depois os do MICRE, porque esta estratégia para o Redondo, a que passa pelo turismo, tem mais de vinte anos.-----

----Em relação à Capital Europeia do Vinho, disse que o Redondo não tinha que condenar a iniciativa de Reguengos de Monsaraz, que era evidente que há mais adegas em Redondo. Tinha estado reunido com um investidor que iria fazer mais uma adega, num investimento de quatro milhões de euros, que para além de uma adega terá uma parte de Enoturismo, que será na Herdade da Candeeira. Recordou que no ano passado pelas festas foi feita uma iniciativa que se chamava “Seleção de Vinhos de Redondo”, e que para se fazer esta iniciativa tinha-se reunido com todos os proprietários e produtores de vinho do concelho. Havia produtores que teria sido a primeira vez que se conheciam, produtores dentro do mesmo concelho que não se conheciam, foi a Câmara Municipal de Redondo que os apresentou uns aos outros. Disse que havia uma dificuldade acrescida, porque estas candidaturas fazem-se com os produtores. Disse também que havia alguns que iam engarrafar o vinho em Évora, eram pequenas produções, mas com tantas adegas e linhas de engarrafamento tinha sido mais fácil estes produtos deslocarem-se a uma adega de outro concelho e engarrafar o seu vinho, não tinha sido assim, porque não se conheciam.-----

----Sublinhou que haveria muito mais a fazer, e não era necessário ser a capital do vinho, o que tinha de haver era um trabalho junto dos produtores. Disse também que a sensibilidade dos produtores em relação a Adega Cooperativa era diferente. -----

-----Em relação ainda ao orçamento lembrou ao membro João Gonçalo Morais Tristão que o FEF da Câmara Municipal de Redondo de 2011 era de quatro milhões setecentos e vinte mil, setecentos e doze euros. Que em dois mil e doze era de quatro milhões quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros. A redução tinha sido enorme, que em dois mil e treze o valor foi idêntico, que em dois mil e catorze tinha reduzido para quatro milhões trezentos e sessenta e um mil e oitenta e três euros, e



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

entre o ano de dois mil onze e dois mil e catorze tinha havido uma redução superior a trezentos mil euros, mas que neste momento havia um aumento e tinha-se recebido um pouco mais em relação ao ano anterior embora se esteja longe de cumprir a lei das finanças locais. Disse também que do ano de dois mil e onze até hoje tinha sido o PSD a governar o país, e esperava que se continuasse a aumentar as transferências, porque como podiam verificar iria receber-se do orçamento de estado quatro milhões quinhentos e noventa e um mil oitocentos e dezoito euros, e que a Câmara depende em mais de cinquenta por cento do orçamento de estado. -----

-----Em relação ao saldo corrente que o membro Daniel Cachopas frisou, disse que existe até um saldo superior, e que iria transitar em cerca de dois milhões e trezentos mil euros. Em anos atrás o saldo que transitou era superior, chegando a Câmara a transitar com mais de três milhões de euros. Disse que o saldo tinha vindo a reduzir, embora a receita do IMI tivesse aumentado, e era por isto mesmo que a taxa do IMI se iria manter, há essa necessidade, devido a uma redução de receita. -----

-----Sublinhou que há três semanas que não se fazia um licenciamento de uma obra nova. A Câmara tinha avançado com o loteamento da Faia, que não bastava não vender nenhum lote, como daqueles que já tinha vendido, ter de devolver o dinheiro de dez lotes, e que só se vendeu um. Na continuação da palavra disse que a Câmara não estava a ganhar dinheiro com a água, que paga mais de saneamento do que água às Águas do Centro Alentejo, e que continua a financiar a água, que a receita não dava para a despesa, e que muito menos no contexto que se está a atravessar em que a primeira fatura que não se paga, é a da água. Disse que a Câmara tem um valor superior a setenta mil euros de dívidas de água, para além daqueles que aderiram às prestações. Finalizou dizendo que se a Câmara recebesse toda a água que fatura, não equilibraria a despesa que tem.-----

-----Respondendo ao membro Daniel Cachopas, nada impedia que Montoito participasse no Carnaval de Redondo, e que as Ruas Floridas são de âmbito concelhio. Disse que era uma pena o pavilhão em Montoito estar subaproveitado. Era bom que se fizesse uma Feira de Queijos e enchidos no pavilhão um fim-de-semana. Tinha havido alguns contactos com produtores de queijos, não tinham mostrado muito interesse. A



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Câmara Municipal de Redondo até vendia os produtos.-----

-----Em relação às questões das funções sociais, disse que eram transversais a várias rubricas, e deu como exemplo que um pedreiro que iria arranjar um telhado, a mão-de-obra sai pela despesa corrente e os materiais pelo capital. Que os produtos para cabazes de Natal, despesa corrente, mas se a Câmara der uma viga ou uma sanita é despesa corrente. Não se pode andar a empolar orçamentos, e que este era realista, porque aqui há anos existiam autarquias com as dimensões da nossa com orçamentos de trinta milhões de euros, a título de exemplo o orçamento da Câmara Municipal de Vendas Novas era mais baixo que o da Câmara Municipal de Redondo. -----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, disse que agrada-lhe que o discurso do membro João Gonçalo Morais Tristão tenha mudado, porque há anos atrás, dizia que não queria ouvir falar de turismo, que até parecia que no Redondo não se tinha feito nada.-----

----O membro Manuel José Barro Branco Marouvas interveio para dizer que há quarenta anos atrás o Redondo equiparava-se a uma Vila Viçosa, a Estremoz. E hoje Borba, Reguengos e Arraiolos estão à frente e estavam muitos atrás. Que com a CDU e com o MICRE não foi feito nada pelo Redondo, ou o que se fez foi muito pouco.-----

----O membro Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, interveio para dizer que estava em Redondo há quarenta e dois anos, que tinha sido colocada em Redondo, e quando o seu pai soube que viria para o Redondo, disse-lhe que escolhesse Vila Viçosa, Alandroal, Reguengos-Monsaraz, mas que Redondo nem pensar.-----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro João Gonçalo Morais Tristão, e este diz que a Câmara de Redondo cumpriu a data de aprovação, o que não tinha cumprido era entregar à Assembleia Municipal, que o Presidente da Assembleia devia ter entregue no momento à Assembleia, porque os membros da Assembleia têm que ter acesso aos documentos até ao dia trinta e um de Outubro, e não se compreenderia como é que só se tinha acesso oito ou nove dias depois, e que não estava a culpar nenhum funcionário da Câmara. -----

-----Na parte do orçamento em que fala de turismo, pergunta ao seu Presidente da Câmara Municipal de Redondo, em que é que essas ideias se concretizam, qual a



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

estratégia. Disse que os membros queriam saber as ideias em que vão votar. -----

-----Continuou, saudando o Presidente da Câmara pela conquista do 5º lugar no investimento cultural “*per-capita*”, disse que não era a favor de quem diz que não se deve gastar dinheiro na cultura, tinham era que equilibrar as coisas, porque haveria outros setores também favorecidos, mas como o senhor presidente tinha falado numa classificação, disse que há um índice de transparência autárquica, em que a Câmara Municipal de Redondo, em trezentos e oito municípios, ficou no lugar duzentos e sessenta e três, e reconhecia o esforço do Senhor Presidente, mas que no primeiro ano de mandato o lugar de Redondo tinha piorado bastante. Disse que o estudo tinha sido realizado pela Transparência e Integridade – Associação Cívica, que era de lamentar esta situação. -----

-----Para finalizar disse ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ir verificar as atas, porque na próxima assembleia iria trazer cópias dessas atas, o que é que tinha dito acerca do turismo. E o que tinha dito acerca do turismo era que contestava a opacidade do investimento da Vigia e a ligação do Senhor Presidente da Assembleia a esse mesmo investimento. Nunca teria contestado o desenvolvimento do concelho pelo turismo.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal disse que não respondia à provocação sobre a opacidade, porque levaria a muitas outras questões. Perguntou se mais alguém queria intervir, não havendo mais intervenções passou-se à votação do ponto número seis. O ponto seis foi votado por maioria e em minuta com com os votos favoráveis dos membros Alfredo Falamino Barroso, Nelson Manuel Cardoso Batista, Rute Marina Carvalho Neves, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela S. Oliveira Jacinto Oliveira, João Pedro Faleiro Siquenique, Daniel José Chambel Cachopas, José Maria Remédios Fernandes, Vânia Solange França Neto, Joaquim António Mendes Correia, Maria Emília Correia Gato Serranito, Caetano Venâncio Gato Carriço, António Joaquim Siquenique Carriço e Henrique Duarte Caeiro Pereira, e com os votos de abstenção dos membros, João Gonçalo Morais Tristão e Manuel José Barro Branco Marouvas.-----

-----Foi apresentada declaração de voto pelo membro Daniel José Chambel Cachopas.–



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

“Eu voto a favor do orçamento e das grandes opções do plano porque concordo em mais de noventa e cinco por cento com o documento em si e com as ideias que está no mesmo, e com o realismo que o documento apresenta, no entanto gostava de ressaltar que mantenho contra a questão do aumento da receita do IMI e do IRS, sendo que é com o esforço dos munícipes e que acho que não se justifica para o próximo orçamento.”-----

-----Seguidamente foi apresentada uma declaração de voto do membro João Pedro Faleiro Siquenique; -----

“Os Votos dos Eleitos da CDU são favoráveis, visto que as nossas propostas apresentadas para as GOP 2015, segundo o Senhor Presidente da Câmara, tem enquadramento nas rubricas criadas existentes.

De realçar que mais de 50% das propostas da CDU para as GOP 2015 não necessitam de investimentos adicionais, baseando-se no iniciar de processos e reunir de esforços utilizando os recursos humanos da Câmara, dos quais fazem parte funcionários com capacidade criativa e qualitativa.

A par do Vereador da CDU assumimos também nós, o compromisso de reivindicar a execução das nossas propostas durante o ano de 2015.-----

PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE REDONDO PARA O ANO DE 2015

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, passou para o ponto nº 7, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo para prestar esclarecimentos;-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse que a proposta do mapa de pessoal para o ano de dois mil e quinze, era rigorosamente igual, em número de postos criados, ao que tinha sido aprovado há um ano atrás. Não haveria qualquer alteração. Há cerca de um ano, diz, fez-se uma alteração tendo em conta a redução da prestação de serviços. Estavam neste momento a decorrer os concursos, pensa que não irá eliminar a prestação de serviços, porque existem algumas prestações que não se conseguem eliminar, até por força da lei, iria haver uma redução significativa, e que



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

garantia que não haveria um aumento de despesa, porque, contínua, está a falar de pessoas que trabalham para o município e que passarão a integrar o mesmo, se forem selecionados para o quadro por tempo indeterminado. Disse que a Câmara Municipal de Redondo tem vindo a reduzir, de acordo com a lei, os 2% de há três anos atrás, com base nas aposentações. Disse também que de acordo com a legislação em vigor, a redução de 35% da receita corrente da média dos últimos três anos em despesa de pessoal, aplicava-se a quem tem problemas financeiros. Os 35% com um outro conjunto de propostas de leis que estão neste orçamento de estado, tinham sido discutidos entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o próprio governo, que na altura aquando da discussão do FAM, tinha ficado tudo negociado, e dado parecer favorável ao FAM, contrariando a decisão de um congresso de Municípios que se realizou em Santarém. Disse que naquele congresso era de se votar contra o FAM, tendo negociado com o governo um conjunto de contrapartidas. Uma delas era a aplicação dos 35%, e o que o governo acordou com a Associação Nacional de Municípios Portugueses não estava espelhado no Orçamento de Estado.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Alfredo Falamino Barroso, perguntou se haveria mais alguma intervenção, não havendo mais intervenções passou-se à votação do ponto nº 7. O ponto sete foi votado por maioria e em minuta com os votos favoráveis dos membros Alfredo Falamino Barroso, Nelson Manuel Cardoso Batista, Rute Marina Carvalho Neves, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela S. Oliveira Jacinto Oliveira, João Pedro Faleiro Siquenique, Daniel José Chambel Cachopas, José Maria Remédios Fernandes, Vânia Solange França Neto, João Gonçalo Morais Tristão, Joaquim António Mendes Correia, Manuel José Barro Branco Marouvas, Maria Emília Correia Gato Serranito, Caetano Venâncio Gato Carriço, António Joaquim Siquenique Carriço e Henrique Duarte Caeiro Pereira.--

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que de seguida se entraria no período de intervenção aberto ao Público, de conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o regime

AB
6



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

jurídico das Autarquias locais, tendo, para o efeito, questionado o público presente se alguém pretendia usar da palavra.-----

-----Da parte do público pediram para intervir os munícipes Pedro Roma e Isidoro Almeida, tendo o Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Barroso dado autorização para as intervenções.-----

-----O munícipe Pedro Roma cumprimentou a assembleia, e interveio para dar conhecimento de um pequeno texto que tinha publicado na sua página de Facebook no dia 20 de Setembro de dois mil e catorze. Disse que na Assembleia tinham falado dum plano estratégico para o turismo, virem turistas à Enoteca, e acontecer aquilo que aconteceu, ou ao museu do vinho, e não haver uma dinamização desse museu. A sua intervenção disse, é para toda a Assembleia, que também seria culpa de todos os membros.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso deu a palavra ao senhor Isidoro Almeida para que interviesse:-----

-----Já no uso da palavra cumprimentou os presentes, e disse que por motivos de saúde se tinha deslocado ao Centro de Saúde de Redondo, passando pela antiga Escola Morais, onde se encontram duas palmeiras antigas. Tinha frequentado aquela escola e já lá existiam as mesmas. Disse que naquela escola as crianças eram alertadas para cuidarem das palmeiras que existiam, e que tinha reparado hoje, apesar de não ser técnico, que a Câmara teria técnicos que analisassem se as palmeiras estavam ou não mortas. No seu entendimento se ainda não estavam mortas estariam quase, e por falta de tratamentos. Queria deixar esse alerta, porque são árvores centenárias e fazem parte daquele local.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder;-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse ao Senhor Isidoro Almeida, que já se tinham deslocado técnicos ao local, que as árvores tinham sido atacadas pelo escaravelho, e que foi feito o tratamento adequado, mas que não se conseguiram salvar, assim como outras que têm morrido por este país fora.-----



MUNICÍPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

-----Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos, o Senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu por encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos, e desejando um bom Natal.-

-----E eu, Jorge Manuel Farófia Portel, Assistente Técnico na Divisão Administrativa e Financeira a redigi, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa, Alfredo Falamino Barroso
O Primeiro Secretário, [assinatura]
O Segundo Secretário, Domingos Alberto Sacalva Borjins